



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo,23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I

#### CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e procedimentos que regerão o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE PAINÉIS FOTOVOLTAÍCOS.
2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.
  - 2.1. Os materiais, aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, enquadram-se como bem comum para fins do disposto no Decreto 10.024/2019.

#### CAPÍTULO II. DA JUSTIFICATIVA E DO REGISTRO DE PREÇOS

1. A contratação visa satisfação da necessidade de diminuição dos valores gastos com energia elétrica nos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, com solução que traga sustentabilidade e eficiência, através da instalação de usinas fotovoltaicas e ampliação das usinas existentes.
2. Os painéis serão utilizados para instalação, ampliação e manutenção corretiva das usinas existentes (painéis solares) em prédios ocupados pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
3. Adotar-se-á o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para a presente contratação em razão de:
  - a) haver previsão de aquisições frequentes dos equipamentos ora licitados para atendimento da necessidade de instalação de novas usinas fotovoltaicas e ampliação das existentes;
  - b) possibilidade de aquisição de materiais para substituição dos painéis existentes na vigência da Ata, para atender a contratação de serviços de manutenção corretiva das usinas. e,
  - c) não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a serem adquiridos pelo TRE/MS.
4. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.
  - 4.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.
  - 4.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do material, dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.
5. A vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

#### CAPÍTULO III - DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO
------	--------------------------

<b>01</b>	<b>Painéis Solares Fotovoltáicos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• placas de potência mínima de 550 Wp;</li> <li>• módulos de silício monocristalino, certificado do Inmetro classe A, mínimo de 144 células;</li> <li>• controladores de carga tipo MPPT, Cobertura frontal Vidro temperado 3,2mm revestimento antirreflexo, transmissão, baixo teor de ferro, vidro temperado;</li> <li>• estrutura Alumínio anodizado, Célula P-Type monocristalina;</li> <li>• caixa de junção Classe de proteção IP68 ou superior;</li> <li>• estrutura reforçada para suportar ação de vento até 2.400 Pa;</li> <li>• eficiência do painel de no mínimo 21,00% na conversão de energia luminosa em elétrica nas condições padrão de teste - STC – <i>Standard Test Conditions</i> (1000 W/m2; 25°C; AM 1.5);</li> <li>• garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 10 anos;</li> <li>• garantia linear de desempenho, com rendimento mínimo de 84% ao final do 25º ano;</li> <li>• modelo de referência <b>Placa Solar Tiger Pro 550w Monocristalino JINKO (JKM550M-72HL4)</b> ou similar;</li> </ul>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
UNIDADE	434	R\$ 1.743,08	R\$ 756.496,72
Intervalo mínimo entre lances sobre o preço unitário			R\$ 10,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO		
<b>02</b>	<b>COTA EXCLUSIVA ME/EPP</b>  <b>Painéis Solares Fotovoltáicos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• placas de potência mínima de 550 Wp;</li> <li>• módulos de silício monocristalino, certificado do Inmetro classe A, mínimo de 144 células;</li> <li>• controladores de carga tipo MPPT, Cobertura frontal Vidro temperado 3,2mm revestimento antirreflexo, transmissão, baixo teor de ferro, vidro temperado;</li> <li>• estrutura Alumínio anodizado, Célula P-Type monocristalina;</li> <li>• caixa de junção Classe de proteção IP68 ou superior;</li> <li>• estrutura reforçada para suportar ação de vento até 2.400 Pa;</li> <li>• eficiência do painel de no mínimo 21,00% na conversão de energia luminosa em elétrica nas condições padrão de teste - STC – <i>Standard Test Conditions</i> (1000 W/m2; 25°C; AM 1.5);</li> <li>• garantia contra defeitos de material e fabricação mínima de 10 anos;</li> <li>• garantia linear de desempenho, com rendimento mínimo de 84% ao final do 25º ano;</li> <li>• modelo de referência <b>Placa Solar Tiger Pro 550w Monocristalino JINKO (JKM550M-72HL4)</b> ou similar;</li> </ul>		
	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO
	UNIDADE	31	R\$ 1.743,08
	Intervalo mínimo entre lances sobre o preço unitário		R\$ 10,00
		PREÇO TOTAL MÁXIMO	R\$ 54.035,48

**VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO****R\$ 810.532,20**

2. Em caso de divergência entre a descrição dos equipamentos indicados no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá este último.
3. A licitante deverá encaminhar junto à sua proposta: catálogos, prospectos, folderes e outros documentos disponibilizados pelo fabricante dos equipamentos, onde possam ser verificadas as características do produto ofertado.
4. O item 1 apresentou valor total estimado acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o que se enquadra na hipótese prevista no inciso III, do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizada pela reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de Micro e Pequenas Empresas, razão pela qual foi dividido em dois itens (1 e 2), conforme demonstrado tabela abaixo:

Objeto	Quantidade total	Qdade ampla disputa	Qdade cota exclusiva ME/EPP
<b>Painéis Solares Fotovoltáicos</b>	465	Item 01 - 434 unidades	Item 02 - 31 unidades

4.1. Para se estabelecer o quantitativo da cota reservada, levou-se em consideração o fato de que o pedido mínimo deverá ser múltiplo de 31 (trinta e um) painéis solares (pedido mínimo) e o fato de que o sistema compasnet não permite que a cota secundária seja superior a R\$ 80.000,00.

**4.2. Na hipótese de não haver vencedor para o item 02 (cota reservada para ME/EPP), poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratique o preço do primeiro colocado da cota principal.**

#### **CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

1. Havendo necessidade de material cujo preço foi registrado, a **Coordenadoria de Engenharia (COENG)**, fará a solicitação, mediante Requisição de fornecimento, indicando sua descrição, quantidade, marca e preço registrado.

1.1. Caberá à unidade requisitante (**Coordenadoria de Engenharia - COENG**), a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à empresa fornecedora (por. ex.: em mãos, fax, correio-eletrônico).

2. O **PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA** é de, no máximo, **30 (trinta) dias**, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento da nota de empenho.

1.2. A empresa fornecedora deverá entregar o material na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, situada na Rua Delegado José Alfredo Hardman, nº 184, Jardim Veraneio, nesta cidade de Campo Grande/MS, no horário de 12:00 h às 17:00 h, de segunda à sexta-feira.

3. A **QUANTIDADE MÍNIMA DE PAINÉIS POR PEDIDO É DE 31 UNIDADES, ENTREGUE EM PALETES**.

4. Caberá à unidade requisitante, **Coordenadoria de Engenharia (COENG)**, o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da empresa fornecedora, devendo informar à Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

5. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

6. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

7. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

8. O recebimento **provisório** dos materiais ficará à cargo da SPA - Seção de Patrimônio e Almoxarifado/CRM e o recebimento **definitivo** ficará a cargo da COENG deste Tribunal, conforme descritos a seguir.

9. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais (**PALETES**), com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

10.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

11. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

12. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

12.1. Ao prazo previsto nesta cláusula, aplica-se o disposto nas cláusulas 5 a 7 deste Capítulo.

13. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

14. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

14.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

15. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

## **CAPÍTULO V – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA**

- 1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.
- 2. Para fins de atendimento da **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012)**, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

## **CAPÍTULO VI – DO PAGAMENTO**

- 1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
- 2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
- 3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
  - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
  - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## **CAPÍTULO VII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços (Anexo II).

## **CAPÍTULO VIII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços .
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## **CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta – Anexo II).
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.
5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
6. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
  - 7.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande/MS, 20 de outubro de 2022.

*Equipe de Planejamento da Contratação*

**DIOGO CAMPOS DOS ANJOS**  
*Coordenador de Engenharia - Integrante Dematante*

**ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA**  
*Seção de Licitação e Compras - Integrante Administrativo*



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO CAMPOS DOS ANJOS, Coordenador(a)**, em 24/10/2022, às 17:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA, Técnico Judiciário**, em 25/10/2022, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1329091** e o código CRC **82B3F7B0**.

0008404-88.2022.6.12.8000

1329091v13